



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ – BREVES  
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS - FECH  
CURSO DE PEDAGOGIA

MAYRA LOPES DA SILVA

**INCLUSÃO SOCIAL: AS AÇÕES DO MOVIMENTO PELA INCLUSÃO NO  
MARAJÓ (M.I.M)**

BREVES-PARÁ

2019

MAYRA LOPES DA SILVA

**INCLUSÃO SOCIAL: AS AÇÕES DO MOVIMENTO PELA INCLUSÃO NO  
MARAJÓ (M.I.M)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado à Universidade Federal do Pará - Faculdade de Educação e Ciências Humanas/ Campus Universitário do Marajó - Breve para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia.

Orientador: Prof. Esp. Carlos Rodrigo Moraes de Souza.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD  
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará  
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a)  
autor(a)**

---

S586i Silva, Mayra Lopes da  
Inclusão Social : As Ações do Movimento Pela Inclusão  
no Marajó (M.I.M) / Mayra Lopes da Silva. — 2019.  
vii, 27 f. : il. color.

Orientador(a): Prof. Esp. Carlos Rodrigo Moraes de Souza  
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -  
Faculdade de Educação, Campus Universitário de Breves,  
Universidade Federal do Pará, Breves, 2019.

1. Marajó. 2. Inclusão Social. 3. Pessoa com  
Deficiência. I. Título.

CDD 371.952

---

MAYRA LOPES DA SILVA

**INCLUSÃO SOCIAL: AS AÇÕES DO MOVIMENTO PELA INCLUSÃO NO  
MARAJÓ (M.I.M)**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para obtenção do grau de Licenciatura em Pedagogia ofertado pela Universidade Federal do Pará - Faculdade de Educação e Ciências Humanas - Campus Universitário do Marajó - Breves.

Aprovação em: \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_

Conceito: \_\_\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Orientador Esp. Carlos Rodrigo Moraes de Souza  
Especialista em AEE e Educação Especial  
Cândido Mendes

---

Prof.<sup>a</sup> Francinete Rocha Machado  
Pedagoga e Especialista em Educação Especial e Inclusiva

---

Prof.<sup>a</sup> Dayane Freitas da Silva  
Licenciada Plena em Letras-Portuguesa e  
Especialista em Libras.  
Faculdade Monte Negro

## **Agradecimentos**

Agradeço e dedico este trabalho a todos aqueles que fizeram parte desta etapa da minha vida.

Em primeiro lugar, agradeço a Deus por me proporcionar saúde e forças para superar todos os momentos difíceis a que eu me deparei ao longo de minha graduação. Agradeço a minha mãe, Edivângela Lopes, por ter me incentivado a prosseguir em meio ao cansaço diário e a enxergar cada dificuldade com otimismo e coragem. Ao meu pai, Nelenilson Castro, por estar comigo neste interminável ciclo de idas e vindas ao campus, enfrentando a chuva e o sol em quatro viagens diárias para que eu pudesse estar cursando o ensino superior.

A meus amados irmãos, Karla, Pedro e Arthur Lopes, por todo apoio, carinho e compreensão que me dedicaram durante o período da graduação. A minha querida tia, Darlene Castro por me ajudar em diversos momentos e por compartilhar comigo os saberes adquiridos durante sua própria jornada acadêmica.

Agradeço a minhas melhores amigas Erlane Vieira, Cristiele Souza e Sindy Mayara por estar ao meu lado nesta e em muitas outras etapas de minha vida representando aquilo que me é mais caro, o valor do amor e da verdadeira amizade.

Agradeço em especial a Cleidirene Dantas (Cleide) minha madrinha do coração, por tomar para si a tarefa de zelar por minha saúde e bem estar em meio ao cotidiano do campus.

E principalmente, agradeço infinitamente a minha avó Madalena Barbosa, por ser meu maior incentivo, o porto seguro de todas as horas e todos os momentos, por me encorajar e acreditar em meu potencial e acima de tudo por ser a pessoa que segurou minhas mãos no início e certamente até o fim desta minha louca empreitada acadêmica.

A todos os amigos antigos e novos que a universidade me deu, agradeço todos vocês por compartilhar momentos incríveis comigo. A todos os professores que passaram por minha turma e deixaram um legado de conselhos e lições, em especial agradeço ao meu orientador Carlos Rodrigo Moraes de Souza por todo apoio e paciência ao longo da elaboração do meu projeto final.

“A menos que modifiquemos à nossa maneira de pensar, não seremos capazes de resolver os problemas causados pela forma como nos acostumamos a ver o mundo”.

(Albert Einstein)

## RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo identificar e analisar as iniciativas para a inclusão social da pessoa com deficiência no Marajó, proveniente das ações realizadas através do Movimento Pela Inclusão do Marajó (M.I.M). De cunho qualitativo, a investigação adota um processo metodológico baseado em uma pesquisa de campo exploratória realizada em meio a esfera de atuação do movimento, obtendo como principais interlocutores a coordenação, participantes voluntários do (M.I.M), e pessoas com deficiência atendidas pelo projeto bem como seus familiares. Para a coleta de dados, utilizou-se instrumentos como questionários e entrevista gravada. Os resultados da pesquisa apontam que as práticas empreendidas no Movimento Pela Inclusão no Marajó advindas da interação da sociedade como instrumento de transformação de ação têm sido frutíferas no sentido de fortalecer a inclusão da pessoa com deficiência em vários municípios do arquipélago do Marajó.

**Palavras – Chave:** Marajó; Inclusão Social; Pessoa com Deficiência.

## **ABSTRACT**

The present research aims to identify and analyze initiatives for the social inclusion of people with disabilities in Marajó, from the actions carried out through the Movement for the Inclusion of Marajó (M.I.M). In a qualitative way, the research adopts a methodological process based on an exploratory field research carried out in the sphere of action of the movement, obtaining as main interlocutors the coordination, voluntary participants of the MIM, and people with disabilities served by the project as well as their families. For data collection, instruments such as questionnaires and recorded interviews were used. The results of the research indicate that the practices undertaken in the Movement for Inclusion in Marajó arising from the interaction of society as an instrument for transforming action have been fruitful in order to strengthen the inclusion of persons with disabilities in several municipalities in the Marajó archipelago.

Keywords: Marajó; Social inclusion; Disabled Person.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>8</b>
<b>2 - HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Educação Especial no Brasil .....</b>	<b>13</b>
<b>2.2 Educação Especial em Breves.....</b>	<b>17</b>
<b>3 - AÇÕES VOLTADAS PARA O “MOVIMENTO PELA INCLUSÃO NO MARAJÓ”</b>	
<b>.....</b>	<b>20</b>
<b>3.1 Histórico do Movimento pela Inclusão no Marajó (M.I.M). .....</b>	<b>22</b>
<b>3.2 As práticas desenvolvidas no Movimento pela Inclusão no Marajó (M.I.M).</b>	
<b>.....</b>	<b>25</b>
<b>3.3 O perfil de alunos e professores que atuam no Movimento pela Inclusão</b>	
<b>no Marajó (M.I.M) .....</b>	<b>27</b>
<b>3.4 Metodologias adotadas pelo Movimento pela Inclusão no Marajó (M.I.M).</b>	
<b>.....</b>	<b>28</b>
<b>3.5 Avaliação no Movimento pela Inclusão no Marajó (M.I.M). .....</b>	<b>29</b>
<b>4. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>31</b>
<b>ANEXOS.....</b>	<b>33</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>42</b>

## INTRODUÇÃO

Vimos no decorrer das últimas décadas serem estabelecidas inúmeras políticas educacionais de inclusão social de pessoas com deficiências. Através delas iniciou-se um processo de transformação de mentalidade da sociedade a respeito de grupos voltados para cada deficiência, haja vista o histórico de preconceito e segregação arraigado na concepção de grande parte das pessoas.

A emergência de tais políticas agregou a comunidade especial, primordialmente, direitos constituídos legalmente, onde todos pudessem apoiar-se para reivindicar uma vida digna. A legislação vigente objetiva proporcionar as pessoas com deficiências uma vida independente e autônoma, estabelecendo para isto diretrizes educacionais e assistencialistas para que a pessoa com deficiência esteja inserida em um ambiente, constantemente, estimulador, sejam quais forem estes ambientes a que as pessoas venham a frequentar.

Entretanto, não nos é desconhecido dizer que em nosso país as leis são cumpridas inadequada ou insuficientemente, até mesmo pela falta de fiscalização dos cidadãos. Conquanto a existência de uma legislação específica para as pessoas com deficiências seja um passo proeminente para que haja efetiva inclusão destas pessoas pessoa com surdez no seio da sociedade, ainda há um distanciamento abismal entre os trâmites legais e o cotidiano vivido por estas pessoas.

Uma evidência deste fato é por exemplo a pessoa com surdez que frequentam as instituições públicas, que segundo o art. 3º da Lei 10. 436/2002, deveriam garantir o uso e a difusão da libras, no entanto, a pessoa surda, rotineiramente, precisa frequentar locais ou usar serviços públicos em companhia de uma parente, para que este parente possa ser a via de comunicação entre o surdo e a instituição, isto por que não há contratação de intérpretes de libras na maioria das instituições públicas.

De fato, a pessoa com deficiência foi inserida, pelo menos no papel, na sociedade e em seus acontecimentos, contudo isto não significa que as pessoas que não possuem deficiências estejam inseridas em seu mundo, que é constituído e construído de forma diferente do nosso, a começar pela maneira de apreender o meio em que vive, que acontece pelo sentido da vida. Talvez, a pessoa com deficiência não seja a que está mais sujeita à preconceitos, mas como não estamos

medindo graus de preconceitos, é preciso evidenciar que a PCD ainda vive rodeada por preconceitos e segregação.

Não queremos, entretanto, focar este trabalho somente em críticas sociológicas e problematizações, deixando de apontar também o trabalho que vários grupos de educadores especialistas em educação especial vem realizando junto às pessoas com deficiência pelo Brasil, e também no contexto educacional de Breves mais específico no Grupo (M.I.M), Movimento pela Inclusão no Marajó, que é o foco desta pesquisa.

Em geral, grande parte da sociedade é “ignorante” frente ao tema debatido aqui, pois mesmo sendo um tema de grande repercussão, as discussões estão concentradas nas universidades e nas escolas, em menor proporção. Em geral, não há participação popular significativa nos debates sobre políticas públicas de inclusão, e não somente nas políticas de inclusão. Há em reação insuficiência na contribuição das pesquisas acadêmicas, que não conseguem transpassar as portas de seus laboratórios.

Nessa perspectiva apresenta-se relevantemente necessário aprofundar pesquisas que demonstrem a concreta situação das políticas públicas de inclusão à nível local, já que a legalidade disposta nos papéis da Constituição não garante que os direitos deste grupo social estejam sendo executados. Além do mais, as pesquisas científicas tem por premissa contribuir com novos conhecimentos nas mais diversas áreas para a comunidade onde está inserida, visando sempre buscar soluções possíveis para problemas sociais ao seu redor.

## 2 - HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Na busca por entender a Educação Especial (EE), é imprescindível buscar conhecer como o convívio com pessoas deficientes ocorreu através da história. Sabe-se que uma grande parcela da população em todo o mundo nasce com algum tipo de deficiência, ou por alguma razão tornam-se deficientes ao longo da vida, desse modo, a Educação Especial será a forma de ensino que vai garantir a educação formal para as pessoas que necessitam de um atendimento educacional especial.

Diante do objetivo de compreender as relações sociais estabelecidas entre as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, realizar uma análise das relações com base nos períodos da história auxilia na compreensão dos paradigmas que orientaram as práticas em Educação Especial, e ao analisar a trajetória histórica do modo como viviam as pessoas com deficiência compreende-se que a concepção sobre esse tema constitui-se como um fator social e historicamente construído.

Em cada período da história, as pessoas com deficiência foram vistas e tratadas de uma determinada forma, obedecendo às concepções sociais da época em questão. Como afirma Corrêa (2010):

[...] de acordo com a cultura em que vivemos, com as informações de que dispomos, com nossas crenças e convicções, de acordo também com nossa religiosidade e com o nosso entendimento sobre a deficiência, explicamos, agimos e, principalmente, justificamos nosso comportamento em relação às pessoas consideradas, por algum motivo, diferentes. (CORRÊA, 2010, p. 10).

A história geral referente ao atendimento de pessoas com deficiência remonta fatos desde o período da pré-história, que apesar de não haver dados declarados da existência de pessoas com deficiência nessa época, há informações que apoiam a ocorrência de tais casos. Nas sociedades de culturas primitivas, as pessoas estavam sujeitas às forças da natureza de modo que existia relutância em aceitar os indivíduos que se afastavam dos padrões de rotina da tribo, e por essa razão muitas vezes eram afastados e abandonados à mercê da sorte.

O contexto educacional que a sociedade atual oferta para aqueles que apresentam alguma deficiência possa adaptar-se à comunidade em que vivem é fruto de um processo histórico social que remonta à Idade Antiga. Em Esparta e

Atenas crianças com deficiências física, mental ou sensorial não eram consideradas cidadãos, o que legitimava sua eliminação e abandono.

Na Antiguidade, principalmente na Grécia antiga, onde a excelência na constituição física era elevada e enaltecida, a reação da sociedade para com as pessoas com deficiência era o abandono, a eliminação ou o sacrifício. Em alguns locais de Roma, podiam ser mortos ou submetidos a um processo de purificação para livrá-los de maus desígnios. Na sociedade grega, especificamente a ateniense, o próprio pai da pessoa deficiente tinha o encargo de matar seu filho ou abandoná-lo em algum local (Corrêa, 2010).

No período da idade média, na Europa em geral, a atitude para com as pessoas com deficiência era quase a mesma, até a difusão do cristianismo. Com o cristianismo e sob o respaldo da igreja a pessoa com deficiência era vista sob dois ângulos diferentes, tanto como alguém que expiava um pecado ou como alguém que necessitava de caridade. As pessoas com deficiência começam a escapar do abandono, surge então o atendimento assistencial, de modo que, foram criadas instituições que acolhiam essas pessoas, tais instituições podiam ser conventos ou igrejas.

No século XIII, surge a primeira instituição para pessoas com deficiência. Tratava-se de uma colônia agrícola localizada na Bélgica, na qual era oferecido um tratamento que se baseava na alimentação e exercícios como uma forma de amenizar os efeitos da deficiência. Já no século XIV, surge a primeira legislação sobre os cuidados com a sobrevivência e com os bens das pessoas com deficiência mental.

No final do século XIX e meados do século XX, de acordo com Mendes (1995), surgiram algumas escolas e centro de reabilitação para pessoas com deficiência, neste período a sociedade admitia que pessoas com deficiência poderiam ser uma fonte de produção e contribuição para a sociedade desde que recebessem a escolarização e o treinamento adequado.

Segundo Aranha (1994), nos Estados Unidos durante os anos pós-guerra, vários aspectos do meio social, econômico e político acarretaram mudanças nas diferentes diretrizes que conduziam a atenção à pessoa com deficiência. Nesta época, de acordo com Canziani (1995), o homem passou da concepção de invalidez para uma visão de pessoa útil ou inútil, apto ou inapto, baseado no modelo do capitalismo.

A prática da integração surgiu como uma forma de extinguir a prática da exclusão social que perdurou por vários séculos. As instituições foram se especializando para proporcionar auxílio às pessoas com necessidades educacionais especiais. Entretanto práticas exclusão social continuaram a ser praticadas.

Na década de 1960, nos Estados Unidos, houve um aumento significativo de instituições especializadas, tais como: escolas especiais, clínicas de habilitação, oficinas protegidas de trabalho, clubes sociais especiais, associações desportivas especiais (ARANHA, 2000).

A crise mundial do petróleo, segundo Mendes (1995) que afetou vários países e acarretou cortes de gastos com programas sociais, produzindo também mudança na ideologia que compunha os serviços, nas décadas de 60 e 70 do século anterior, em função do alto custo dos programas de atendimento segregados nos países desenvolvidos.

De acordo com Canziani (1995), a partir dos anos 70, inicia-se nos Estados Unidos e influenciando outros países, o movimento de “vida independente”; iniciativa de pessoas com deficiência, dos pais e dos profissionais. A iniciativa visava a eliminação da dependência e evidenciava o direito das pessoas com necessidades educacionais especiais, principalmente em questões como a necessidade dessas pessoas em construir sua autonomia, participando ativamente de decisões relacionadas a sua vida e não mais apenas como objetos de decisões tomadas sobre elas.

Amparando esta iniciativa, no ano de 1975, nos Estados Unidos foi homologada a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (RIO DE JANEIRO, 1981) e o Programa de Ação das Nações Unidas (NAÇÕES UNIDAS, 1982) que objetivava a implementação de tais direitos, amparados pela lei PL. 94.142/75 (EUA, 1978) que regulamentou oficialmente a inserção de pessoas com necessidades educacionais especiais em ambientes que proporcionassem liberdade de desenvolvimento e aprendizado, nos Estados Unidos. Impulsionada pelo lema do Ano Internacional das Pessoas Deficientes.

Outro marco importante foi a "Participação Plena e Igualdade", lançado em 1981 pela ONU, na qual uma parcela da população em vários países começou a constatar que haveria uma necessidade de mudança no âmbito da sociedade, para se fazer valer esse direito.

A história da Educação Especial em âmbito mundial, segundo Aranha (2000) seguiu três paradigmas, o da Institucionalização, o dos Serviços e o de Suportes, estando esse último fundamentado técnico-cientificamente no conhecimento sobre os ganhos em desenvolvimento pessoal e social oriundos da vivência em meio a diversidade e, sócio politicamente, no princípio da igualdade, que implica na prática da inclusão, entendida como “o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado (ARANHA, 2000, p.13)”.

## **2.1 Educação Especial no Brasil**

A Educação Especial no Brasil passou por uma série de evoluções históricas e políticas no decorrer de sua trajetória, na qual muitas conquistas foram alcançadas, porém houveram ainda vários momentos de discriminação e preconceito. Muitas das vítimas da intolerância foram pessoas que viriam a auxiliar na constituição histórica da Educação Especial brasileira. Desse modo, buscar conhecer como ocorreu o processo de evolução da educação especial, permite definir as nuances que caracterizaram o modo como essa modalidade de ensino constituiu bases sólidas no país.

A Educação Especial no Brasil foi por muito tempo definida como uma assistência dada aos alunos com deficiência. Inicialmente, não haviam motivos propriamente educacionais envolvidos, o que acontecia era apenas um “acolhimento” dessas pessoas. A defesa da cidadania e do direito à educação das pessoas portadoras de deficiência vem a ser uma atitude muito recente em nossa sociedade (Mazzotta, 2005, p. 12).

Mendes (2001) afirma que autores que se dedicaram a História da Educação Especial no Brasil, dentre eles (BUENO, 1993; JANUZZI, 1992 e MAZZOTA, 1996) ilustram uma exclusão no período colonial, na qual o descaso com a educação vinha a ser um fator preponderante com relação às classes menos favorecidas da população, e as raras instituições existentes na época, mantinham uma ideologia pautada em uma concepção médico-pedagógica, que passou pelo período da Constituição de 1889, chegando até 1920.

Januzzi (1992), em sua pesquisa sobre a história da Educação Especial no Brasil, chegou à conclusão de que o modelo de ensino teve suas origens em

instituições que atendiam em São Paulo, desde o ano de 1600, na época do Brasil Colônia.

Embora a Constituição de 1824, primeira no país, promettesse a educação primária e gratuita a todos, esta foi relegada ao esquecimento. Januzzi (1992, p. 23) aponta que “a educação popular, e muito menos a dos “deficientes mentais”, não era motivo de preocupação.”

No ano de 1854, foi fundado por D. Pedro II o Imperial Instituto de Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Três anos mais tarde, foi criado o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos, que pouco depois ficou conhecido como Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES) que atendia meninos surdos com idades entre sete e quatorze anos de idade. Essas instituições buscavam oferecer uma educação de alta qualidade para cegos e surdos da época, e em decorrência disso, em 1883, ocorreu o 1º Congresso de Instrução Pública que debatia questões envolvendo o currículo e a formação de professores para atender alunos com deficiência física e auditiva.

Existe uma falsa concepção de que a luta pelo progresso e desenvolvimento da Educação Especial no Brasil vem a ser processo antigo, e de fato o atendimento de pessoas com deficiência é um processo que se originou a um longo tempo, no entanto, a preocupação efetiva no que se refere ao setor educacional só vem a ocorrer no país a partir da década de 1950.

Entre o período que compreende os anos de 1957 e 1993, foram surgindo iniciativas oficiais nacionais relativas ao atendimento educacional nas instituições brasileiras de modo que o governo federal institucionalizou campanhas que tinham com o foco voltado para a conquista dessas metas. Com a aprovação da Lei nº5.692/71, que em seu Art.9 previa “tratamento especial aos excepcionais”, acarretou em muitas ações desenvolvidas com foco em implantação de novas diretrizes e bases para o ensino de nível fundamental e médio.

Neste mesmo período, dois documentos deram destaque à Educação Especial. O primeiro foi o parecer nº 848/72, do Conselho Federal de Educação (CFE), e o segundo foi a Carta do presidente da Federação Nacional das Apaes, doutor Justino Alves Pereira, solicitando a promoção da Educação Especial mediante a esfera de mudanças ocorridas nos outros setores educacionais. Ambos os documentos atuam como complementos entre si e a causa que ambos reivindicam passou a ter a atenção do MEC e do Conselho Federal de Educação.

Em 1973, o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) foi criado, seu principal objetivo era promover a expansão e a melhoria do atendimento aos “excepcionais”. Devido a criação desse centro foi extinta a Campanha Nacional de Educação de Cegos e a Campanha Nacional de Educação e Reabilitação de Deficientes Mentais, e seu acervo financeiro e patrimonial das campanhas, passaram a pertencer ao novo órgão.

Em outubro de 1975, o Ministro Ney Braga aprova o órgão CENESP que neste ponto já possui uma independência administrativa e financeira. No ano de 1986. Este centro é transformado na Secretaria de Educação Especial (SESP). Em 15 de março de 1990, a SESP é desfeita e suas atribuições referentes a Educação Especial são transferidas para a Secretaria Nacional de Educação Básica (SENEB).

A educação especial, após 1950, foi marcada por inúmeras estruturas administrativas. Se, em um primeiro momento, o serviço responsável pela Educação Especial era uma coordenação, logo a seguir passa a ser um centro e depois um departamento, até se tornar uma secretaria. Em cada mudança, há implicações funcionais, financeiras e de competências educacionais. (CORRÊA, 2004, p. 48).

Fica evidente que o avanço da Educação Especial no Brasil é atrelado ao apoio oferecido pela Legislação e Políticas Públicas.

Desde 1961, o Brasil é um país que garante aos alunos com deficiência os subsídios necessários para que possam vir a frequentar aulas na rede comum de ensino. E em 1996, com apoio oferecido através da Declaração de Salamanca (1994), o atendimento educacional especializado gratuito é garantido aos alunos com deficiência que frequentam preferencialmente a rede regular de ensino e tem em suas diretrizes e princípios orientadores, a fundamentação do trabalho desenvolvido nas escolas que seguem a filosofia da inclusão.

Nesse viés, uma escola que segue os princípios da inclusão deve ter por função a promoção da convivência entre as pessoas consideradas normais e as que apresentam necessidades educacionais especiais.

As escolas devem acolher todas as crianças, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras. Devem acolher crianças com deficiência e crianças bem dotadas; crianças que vivem nas ruas e que trabalham; crianças de populações distantes ou nômades; crianças de minorias linguísticas, étnicas ou culturais e crianças de outros grupos ou zonas desfavorecidas ou marginalizadas (Declaração de Salamanca, 1994, p. 17-18).

Com a humanização das culturas, consequência das conquistas nos campos econômico, social e filosófico e, principalmente, com o advento da Ciência, as relações entre as pessoas com e sem deficiência começaram a se modificar.

Em 2001 foi aprovado o documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, que atuava em meio a constituição de escola inclusivas públicas, atentando para a necessidade de que a educação especial deve estar presente igualmente em escolas públicas e privadas.

Também é essencial enfatizar que, em 2003, o Ministério da Educação deu origem ao “Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade”, que tem como prioridade transformar as unidades educativas em unidades inclusivas promovendo a formação de gestores e educadores nas cidades do Brasil.

As escolas regulares com orientação para educação inclusiva são o meio mais eficaz no combate as atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 09).

Ao analisar a trajetória histórica da Educação Especial no Brasil, é perceptível que o governo do país está de certo modo compromissado com as condições e a qualidade do ensino, no entanto o aspecto quantitativo muitas vezes prevalece, isso porque muitas intervenções governamentais no âmbito da Educação Especial ocorrem com o intuito de justificar compromissos em âmbito internacional.

Nos dias atuais, apesar dos avanços, ainda vivemos um momento de tensão nessa área da Educação. Em 2011, o Ministério da Educação promoveu a extinção da SEESP e a diluição dos seus cargos na SECAS Secretaria de Alfabetização Diversidade e Inclusão. Podemos assim perceber que a Educação Especial volta a ocupar uma posição secundária o que a totalidade dessa secretaria pode se tornar um grande vazio.

A história elucida que a Educação Especial, devido sua importância, deve ser vista como parte integrante do sistema educacional brasileiro, em todos os níveis de ensino, da Educação Infantil ao Ensino Superior. Essa modalidade de educação é considerada um conjunto de recursos educacionais e estratégias que auxiliam e que estejam à disposição de todos os alunos, oferecendo diferentes alternativas de atendimento.

## 2.2 Educação Especial em Breves

A trajetória histórica da implantação da Educação Especial no município de Breves se deu em meados da década de 1980, como apontam os estudos de Lobato (2010). Nesse interim “a educação especial encontrava-se em fase de implementação, o que requeria intenso apoio da Secretaria de Estado de Educação” (LOBATO, 2010, p. 27). Neste caso, a Secretaria de Educação (SEDUC) foi responsável por fornecer aos profissionais educadores pertencentes a rede de ensino municipal os subsídios necessários para que pudessem realizar cursos de capacitação e outros estudos no Centro de Treinamento e Recursos Humanos (CTRH), cuja localização se encontrava no município de Marituba região metropolitana da cidade de Belém, a capital do estado do Pará.

No município de Breves, a Educação Especial apresenta um percurso histórico que advém das pioneiras tentativas de disponibilizar à sociedade um serviço educacional público para pessoas com deficiência, tal iniciativa ainda previa uma série de outras medidas complementares, tais como a estruturação de um conjunto de escolas e a reestruturação desses serviços por meio das ações promovidas pelo Atendimento Educacional Especializado (CAEE) oferecido através do Centro Hallel Pinheiro Vasconcelos.

O CAEE Hallel Pinheiro Vasconcelos foi inaugurado no dia 01 de julho do ano de 2010, sua existência fundamenta-se na Lei Municipal nº2.095/2005, que prevê a criação do Centro de Atendimento, Orientação e Inclusão Social de Portadores de Necessidades Especiais (CAPONE), que funcionaria como a divisão administrativa da Secretaria Municipal de Educação em termos legais. A principal função do CAPONE visava a realização de atividades socioculturais e educacionais que beneficiem as pessoas com deficiência em sua vivência diária e inclusão em meio a sociedade.

As atividades do centro Hallel visam a inclusão dos alunos com deficiência na modalidade de ensino regular, contando ainda com o apoio complementar e/ou suplementar do Atendimento Educacional Especializado (AEE). Dessa forma, o Centro busca promover o acesso dos alunos com deficiência à educação básica e ao atendimento educacional especializado dentro das instituições.

O contexto histórico da Educação Especial em Breves, alude ao período da década de 80, onde o marco principal desta modalidade ensino no município ocorreu

por meio da 15ª Divisão Regional de Educação, atualmente conhecida como Unidade Regional de Educação (LOBATO, 2019). Ressalta-se ainda que o contexto histórico ao qual a Educação Especial foi difundida no município de Breves, está diretamente atrelado ao processo histórico transcorrido por esse modelo educacional em âmbito global, bem como seus desdobramentos em caráter nacional e regional. Desse modo, o atendimento aos alunos da Educação Especial provem de um movimento difundido em um contexto que abrange o território nacional e internacional.

Relatos existentes sobre o período de implantação da Educação Especial em Breves elucidam como o modelo educacional foi recebido por alunos com necessidades educacionais especiais. Lobato (2010), traz o relato da Sr.<sup>a</sup> Maria Elizabete Leite da Costa, sobre seu filho que estudou em uma determinada classe especial para alunos com baixa visão ainda no início da implantação da Educação Especial no município de Breves.

Antes de 85 o meu filho Arivaldo da Costa Borges não estudava em nenhuma escola, porque não tinha na nossa cidade de Breves professores que soubessem como trabalhar com ele e outras pessoas deficientes. (LOBATO, 2010, p. 26).

A partir desse relato é perceptível o fato de que não havia um atendimento especializado para pessoas com deficiência, as pessoas recebiam apenas cuidados ministrados pela família e outras instituições como igrejas e hospitais. Com a chegada da Educação Especial no município de Breves, essa parcela da população pôde enfim dispor de um atendimento em âmbito educacional, o que permitiu a criação de classes especiais de escolarização, um marco histórico, já que anteriormente ao ano de 1980 não era oferecido tal perspectiva de escolarização para pessoas com deficiência.

O documento Base do Plano Municipal de Educação do Município de Breves (2015-2025), Anexo Único da Lei 2.388/2015 referente ao início das atividades em Educação Especial no município de Breves, comprova as afirmações relatadas sobre o modo como a Educação Especial caracterizava-se em suas atividades dentro da comunidade escolar brevesense:

A educação Especial em Breves, iniciou no ano de 1985, com atendimento domiciliar. Posteriormente, os alunos foram encaminhados para escolas

onde perdurou por muitos anos, em seguida, já na classe especial o aluno estudava em uma sala separada do ensino regular e, era preparado para ingressar no ensino comum, porém a minoria conseguia avançar para a classe regular, pois se acreditava que eles eram incapazes de aprender e conviver com outros alunos, principalmente os alunos com deficiência intelectual, deficiência múltipla, autismo e psicose (Breves, 2015, p. 109-110).

Lobato (2019) também relata que algumas escolas municipais buscaram aderir ao novo modelo de ensino com ênfase em pessoas com deficiência. Dentre as instituições de ensino pioneiras nessa modalidade educacional destacam-se as escolas Lauro Sodré e Estevão Gomes, que aceitaram o compromisso de adequar-se a fim de oferecer os serviços da Educação Especial e assim acolher alunos com deficiência.

Tal estruturação das instituições de ensino culminou por enfatizar a necessidade de formação dos professores para atuar na Educação Especial. O professor, na educação inclusiva, precisa ser preparado para lidar com as diferenças, com a singularidade e a diversidade de todas as crianças e não com um modelo de pensamento comum a todas elas.

[...] cabe a ele, a partir de observações criteriosas, ajustar suas intervenções pedagógicas ao processo de aprendizagem dos diferentes alunos, de modo que lhes possibilite um ganho significativo do ponto de vista educacional, afetivo e sociocultural (PRADO; FREIRE, 2001, p.5).

Levando-se em conta a importância da formação docente para o atendimento de alunos com deficiência, quanto ao período de formação do educador brevese, Lobato (2010) afirma que o período de capacitação do docente ocorreu mediante as normas ditadas pelo artigo 30 da Lei 5.692/71, que em seu âmbito evidencia a existência de uma formação adquirida através de cursos regulares e formação regular ampliada por estudos adicionais.

A trajetória histórica da Educação Especial no município de Breves, traz consigo uma série de acontecimentos que por sua vez, constituíram o modo como ficou caracterizada cada etapa da implantação deste novo modelo educacional no município. Lobato (2019) afirma que a história da Educação Especial em Breves, pode ser facilmente dividida em três períodos:

O período de compreende o ano de 1985 a 1997, no qual o Ensino Fundamental estava sob responsabilidade do Governo Estadual, e também o período no qual ocorreu a implantação da Educação Especial no Município de

Breves de 1985 a 1990. Neste período, a Educação Especial foi coordenada por grandes profissionais docentes, tais como: Maria José Barbosa da Silva, Maria do Socorro Vasconcelos Lélis, Maria do perpétuo Socorro Gomes Rodrigues, Maria Dalva Machado Marques e Professor Lindomar Pereira.

O período que compreende o ano de 1998 a 2010, no qual o Ensino Fundamental foi municipalizado, bem como o período em que a coordenação da Educação Especial ficou a cargo de professoras como Sônia Regina Andrade Fernandes, professora Joana Darc e professora Carla Tereza Leão Matos.

E por fim, o período que compreende o ano de 2010 a 2018, o qual foi estimado pela mudança de coordenação da Educação Especial, que por sua vez passou a ficar sob jugo do CAEE Hallel Pinheiro Vasconcelos, SEMED e governo de Breves. Neste período, a Educação Especial teve como coordenadores os seguintes docentes: Carla Tereza Matos Leão, Edivana Vieira Praia, Simei Miranda dos Reis e por fim o professor Vitor Serra Rodrigues.

A inclusão é atualmente o maior desafio da escola. Há algumas décadas as escolas buscavam adaptar-se a fim de escolarizar alunos com deficiência, com o tempo, e principalmente em função das mudanças na sociedade, foram atribuindo um novo significado ao convívio entre pessoas com e sem deficiência. Lobato (2019) propõe que as ações que foram realizadas durante toda a trajetória da Educação Especial no município de Breves, tendo em conta todos os contextos, pode-se dizer que estiveram e ainda estão ocorrendo de forma progressiva, na qual seu início se deu de maneira tradicional e progrediu para enfim acompanhar os modelos inovadores da inclusão.

Conclui-se que a Educação Especial em Breves, adveio do impulso de atos legislativos, mobilizações escolares e da sociedade em geral que em conjunto reivindicam melhores condições de atendimento e acesso à educação para pessoas com deficiência.

### **3 - AÇÕES VOLTADAS PARA O “MOVIMENTO PELA INCLUSÃO NO MARAJÓ”**

O Movimento Pela Inclusão no Marajó (M.I.M) é um projeto social que promove ações e estratégias para o auxílio da pessoa com deficiência na região do Marajó. Os parâmetros que sustentam as bases de atuação dessa organização, perpassam por empreendimentos realizados mediante atuações junto à sociedade,

buscando fazer dessa iniciativa um instrumento de transformação e de ação no sentido de fortalecer a inclusão da pessoa com deficiência no Marajó.

As ações realizadas pelo M.I.M corroboram com iniciativas que atentam para a inclusão social, prosseguindo em seu modo de atuação através do atendimento das necessidades de todas as pessoas que, de alguma forma, são colocadas à margem da sociedade. Ressalta-se que a inclusão social é a expressão aplicada ao designar toda e qualquer política de inserção de pessoas ou grupos excluídos em meio a sociedade, e neste sentido, o movimento atenta para o apoio e promoção da PCD, na região do Marajó, através de incentivos para implantação e implementação das políticas públicas voltada para a qualidade de vida destes.

[...] o movimento pela inclusão no Marajó envolve principalmente o apoio para as pessoas com deficiência na região do Marajó, nós fazemos o mapeamento das famílias que possuem integrantes com alguma deficiência e realizamos ações voltadas para melhora das condições de vida dessas pessoas, tanto da pessoa com deficiência quanto da família dessas pessoas. (Coordenadora)

Existe pouca credibilidade na ideia de que alguém ou algum grupo social esteja totalmente excluído de todas as vertentes da sociedade. Geralmente, esta é uma realidade apenas para uma parte dela. Desse modo, o Movimento Pela Inclusão no Marajó busca conscientizar a sociedade, através de palestras e seminários sobre o modo como as pessoas com deficiência tem vivido em meio a sociedade e enfrentado as particularidades da realidade local, traz para o público informações e detalhes percentuais referentes a situação da PCD no município e busca divulgar fatos importantes sobre legislação e políticas públicas em prol da pessoa com deficiência. Desse modo, é clara a intenção do projeto em colaborar com a democratização de informações, concedendo espaço para aqueles que muitas vezes não possuem acesso a eles.

Além disso, nós também realizamos palestras, reuniões e encontros de maneira geral para pais, alunos, professores em fim. Convidamos a comunidade como um todo a participar desses encontros, que visam conscientizar as pessoas para a Lei Brasileira de Acessibilidade e também apresentamos o relatório de mapeamento da situação social da Pessoa Com Deficiência pesquisada no município em questão. Tudo isso para que as pessoas tomem conhecimento sobre as questões envolvendo as PCDs existentes no município e que busquem fazer parte da iniciativa que visa a implementação ou implantação de políticas públicas voltadas para a qualidade de vida dessa...desse segmento da sociedade. (Coordenadora)

Sassaki (1997) acredita que a inclusão social é a forma pela qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com necessidades especiais e, concomitantemente, essas pessoas também se preparam para assumir seu lugar na sociedade. O autor, defende a ideia de que a sociedade precisa ser modificada, alterando suas antigas concepções e constituindo uma nova perspectiva na qual as necessidades dos todos os membros devem ser priorizadas, tendo esses como cúmplices na discussão de problemas e suas soluções.

Seguindo esse pensamento, o Movimento Pela Inclusão no Marajó desenvolve junto à sociedade, ações que envolvem acompanhar e fiscalizar a implementação da Legislação voltada para a pessoa com deficiência no Marajó, realiza intervenções que fomentam os direitos das pessoas com deficiência em todos os ambientes da sociedade, promove discussões, encontros e seminários, formações e palestras que envolvam os municípios do Marajó e prioriza atos e intervenções nos municípios envolvendo orientações em relação a implementação das políticas voltadas para as pessoas com deficiências e transtornos globais.

As propostas do M.I.M, objetivam romper barreiras que cercam o tema inclusão da pessoa com deficiência, lembrando que toda e qualquer proposta de inclusão requer auxílio coletivo e engajamento entre conhecer, compreender e executar ações que beneficiem a PCD e promovam relações interpessoais em meio a sociedade.

### **3.1 Histórico do Movimento pela Inclusão no Marajó (M.I.M).**

O Movimento pela inclusão no Marajó, foi fundado pela professora Edivana Vieira Praia no dia 22 de maio de 2015, à princípio auxiliada por um grupo de voluntários composto exclusivamente por amigos pessoais que por sua vez, aceitaram o desafio de promover iniciativas voltadas para a inclusão da PCD no município de Breves e municípios vizinhos.

Antes de estabelecer as bases do M.I.M, a professora Edivana Vieira Praia atuava no cargo de coordenadora do Centro de Hallef Pinheiro, de modo que sua trajetória como profissional esteve diretamente ligada ao auxílio educacional e social para as pessoas com deficiência e suas famílias, desse modo, a luta pela inclusão culminou por ser um fator que esteve cotidianamente presente em sua vida. Após deixar o cargo de coordenadora do Centro Hallef, a professora Edivana Vieira

permaneceu junto à luta pela inclusão da PCD e acreditando no respeito às diferenças como forma de promover a inclusão das pessoas com deficiência, e em seu intuito de permanecer atuando como mediadora da inclusão social, deu início então ao Movimento Pela Inclusão no Marajó (M.I.M).

Por ser um projeto não governamental e sem fins lucrativos o M.I.M enfrentou inúmeros obstáculos, a começar pelo fato de haver poucos voluntários e apoio financeiro para custear ações e alavancar projetos e encontros, enfrentando ainda as dificuldades decorrentes da falta de conhecimento do público alvo sobre as propostas e atividades do movimento.

Eu era coordenadora do Centro Hallel Pinheiro e nessa minha trajetória no Centro, tive a oportunidade de manter extenso contato com os alunos com deficiência e o modo como eles e sua família levavam a vida, aprendi muito com sua determinação e perseverança em meio ao preconceito (muitas vezes frequentes por parte da sociedade), incompreensão das suas limitações e estigma de ser pessoas “incapazes” que carregavam. Era impossível para mim deixar o Centro e não levar comigo toda essa ideologia de inclusão, deixar de lado tudo aquilo que vi e aprendi com as pessoas com deficiência, então a partir do momento que deixei o centro Hallel Pinheiro eu soube que meu trabalho não poderia parar ali, então dei início ao MIM. Inicialmente contava com a ajuda de pouquíssimas pessoas e não dispunha de qualquer ajuda governamental. (Coordenadora)

O grupo foi fundado tendo como foco principal o fortalecimento e a inclusão da pessoa com deficiência no Marajó, integrado em seu cerne por pessoas que vivenciaram e/ ou contribuíram de alguma forma para com a implementação do processo de inclusão ainda que em âmbito educacional, e com o passar do tempo, perceberam que poderiam contribuir ainda mais com a inclusão no Marajó, de forma voluntária e através de um movimento social.

As motivações que estimularam a criação do MIM, voltaram-se para a luta e conquista de direitos por parte desse segmento da população, difundindo a ideia da inclusão social inicialmente no município de Breves e buscando expandir para os demais municípios do Arquipélago do Marajó. Histórias de pessoas com deficiência ‘escondidas’ em suas casas, famílias que não conhecem os direitos da pessoa com deficiência, crianças sem acesso à educação e aos serviços educacionais especializado, pessoas que não recebem Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Os voluntários do projeto ainda atuam em função de uma triste realidade que perpassam pela existência de crianças que não se desenvolvem e não obtêm qualidade de vida em virtude da ausência de serviços especializados na área da

educação e saúde, pessoas sem equipamentos adequados como cadeira de rodas; próteses e órteses, equipamentos públicos sem acessibilidade: meios de transportes, prédios, ruas, entre outros, o fato de que a pessoa com deficiência sofre com a exclusão nos esportes e em muitos casos ainda enfrenta a barreira atitudinal de integrantes da sociedade. Estas e outras são algumas das motivações que norteiam as ações do M.I.M, em sua busca por difundir os direitos e as propostas para a melhora nas condições de vida da PCD.

Com o tempo, os índices de positividade entre as ações realizadas em meio à comunidade brevense foi expandido, o Movimento Pela Inclusão no Marajó passou a contar com uma maior visibilidade, fato este que contribuiu para uma maior divulgação do movimento e conseqüentemente elevou o índice de pessoas que interessaram-se em integrar o corpo de voluntários atuantes no projeto, contribuindo ainda com o apelo social no que diz respeito a conhecer a realidade nacional e municipal referentes a luta pela inclusão social da PCD, bem como a disseminação de propostas relacionados a inclusão em âmbito municipal e nacional. O grupo também se mostrou capaz de manter suas atividades a longo prazo, atendendo aos objetivos para o qual foi criado, expandiu-se em contingente de voluntários interessados em apoiar a iniciativa e passou também a contar com o apoio de municípios e outras instituições para a realização de seminários e eventos de grande porte.

Com o tempo, as pessoas foram tomando conhecimento sobre o nosso trabalho, sobre a causa pela qual lutávamos: a defesa da inclusão da pessoa com deficiência no Marajó. Hoje contamos com um bom número de integrantes e atuamos em cinco municípios do Marajó: Soure, Breves, Bagre, Portel, Curralinho, Melgaço, Anajás e Gurupá. (Coordenadora)

Ao realizar suas ações no município de Breves e em municípios vizinhos, O Movimento Pela Inclusão no Marajó ressalta sempre que é a partir de políticas públicas que se inicia o processo de Implementação da política de inclusão nos setores administrativos de um município. Lembrando que os direitos da PCD são garantidos e assegurados através da Lei Brasileira da Inclusão – LBI, Art. 10, na qual “Compete ao poder público garantir a dignidade da pessoa da pessoa com deficiência ao longo de toda vida”. (Brasil, 2015)

### **3.2. As práticas desenvolvidas no Movimento pela Inclusão no Marajó (M.I.M).**

É de conhecimento público que cerca de 20% da população brasileira possui algum tipo de deficiência, segundo dados levantados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), neste sentido, o Movimento Pela Inclusão No Marajó atua em prol da PCD na região do Marajó, incentivando a implantação de políticas públicas voltadas para a melhora na qualidade de vida a pessoa com deficiência, realizando ações de conscientização, informação, mapeamento e levantamento de índices bem como visitas domiciliares e se possível doação de equipamentos de auxílio a pessoa com deficiência, tais como doação de cadeiras de roda.

Dentro do nosso campo de ação estão as visitas familiares, nas quais nós verificamos como estão vivendo as pessoas com deficiência bem como sua família, oferecemos palestras para pais, alunos e servidores públicos sobre a Lei Brasileira de Acessibilidade, ajudando assim a comunidade a compreender melhor como são amparados legalmente as pessoas com deficiência, além disso, realizamos o mapeamento de pessoas com deficiência vivendo no município e nós ainda ajudamos na doação de cadeiras de roda para deficientes físicos que não tenham condições financeiras de adquirir o equipamento. (Coordenadora)

A coordenadora do movimento relata que as visitas ocorridas á domicilio são realizadas periodicamente por voluntários do projeto, o objetivo destas visitas é de verificar como a pessoa com deficiência e sua família tem vivido, tomando conhecimento de progressos alcançados e estabelecendo novas metas a serem conquistadas, bem como dificuldades enfrentadas e quais são as necessidades de adaptação necessária para melhorar a qualidade de vida dessas pessoas. Deste modo, tal iniciativa empreendida pelo movimento vem a estabelecer um elo entre as pessoas com deficiência e suas famílias para com a jurisdição governamental e o restante da sociedade, pois torna de conhecimento geral como tem vivido a PCD inserida na realidade cotidiana do município em que vive, ou seja, trata-se de uma estratégia que proporciona o conhecimento e a ampliação das relações entre todos os membros que compõe a sociedade.

Para que hajam as visitas domiciliares, as reuniões e debates junto à comunidade ao poder público é necessário que o grupo tenha dados estatístico bem como informações atualizas para pautar suas ações. Desse modo, será então de fundamental importância o trabalho de mapeamento e levantamento de dados estatísticos realizados pelo MIM.

O mapeamento é um processo no qual voluntários do movimento vão a campo a fim de realizar pesquisas e estabelecer índices sobre a vivência da pessoa com deficiência no município. A pesquisa busca principalmente estabelecer dados estatísticos referentes ao número de pessoas com deficiência vivendo no município, quais deficiências apresentam, dados sobre o acesso e frequência escolar, quantidade de pessoas que se encontram em situação de risco e dificuldades sociais em virtude da deficiência, entre outros itens cotados como relevantes para levantamento de dados.

O mapeamento é um instrumento utilizado para nortear as ações do MIM no município, mas também é um instrumento que expõe a realidade do município, e esperamos que possa contribuir com a sociedade bem como a gestão municipal da região no sentido de identificar problemáticas como também apontar possíveis soluções. (Coordenadora)

O mapeamento auxilia ainda em outro campo de atuação do MIM, a doação de cadeiras de roda. Segundo a Coordenadora do movimento, a entrega destes equipamentos ocorre mediante solicitação da família da pessoa com deficiência física, ou mediante constatação dos próprios integrantes do grupo por intermédio das visitas domiciliares.

O mapeamento é fundamental nessa questão da doação de cadeiras de roda, o grupo faz todo um processo de levantamento de dados e ao final realiza a entrega dessas cadeiras. Atualmente, já realizamos a doação de mais de 100 cadeiras de roda, beneficiando assim várias pessoas com deficiência física a melhorar sua qualidade de vida e em alguns casos, auxiliando essas pessoas a conquistar independência em caráter de locomoção. (Coordenadora)

Com o intuito de fortalecer a Inclusão da pessoa com deficiência no Marajó e difundir os direitos e outros assuntos relacionados às políticas públicas de inclusão, o Movimento Pela Inclusão no Marajó realiza seminários, encontros, reuniões, orientações e formações em eventos realizados em vários municípios do arquipélago do Marajó. Nestes eventos, o grupo atua em conjunto com outras associações e órgãos municipais e até mesmo estaduais na realização de palestras e debates onde são abordados temas referentes aos direitos a saúde, educação, assistência social, habilitação, reabilitação, acessibilidade, cultura, esporte, lazer e acessibilidade da pessoa com deficiência no referido município.

O grupo MIM busca trazer a público as determinações da Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), discutindo junto aos participantes pontos de pauta referentes à compreensão e concretização da inclusão social das pessoas com deficiências. Desse modo, os encontros realizados pelo M.I.M primam difundir a importância da mediação da cultura, da educação e do lazer no desenvolvimento sociocultural, focalizando suas propostas e estratégias no desenvolvimento pessoal e social da pessoa com deficiência.

### **3.3 O perfil de alunos e professores que atuam no Movimento pela Inclusão no Marajó (M.I.M).**

É importante ressaltar que a inclusão social é o conjunto de meios e ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, trata-se de valores, atitudes e práticas que se traduzem no respeito a diferenças e ao tratamento equitativo a pessoas diferentes, de forma a garantir oportunidades a Inclusão social e oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos. Nesta perspectiva, o Movimento Pela Inclusão no Marajó é um projeto que busca contribuir com o fortalecimento de iniciativas em prol da inclusão da pessoa com deficiência na região do Marajó, contando com a ajuda de um corpo de voluntários para auxiliar nas ações do projeto e tem como público as pessoas com deficiência e suas famílias, bem como a sociedade de maneira geral. Desse modo, o termo “alunos e professores” não é usualmente aplicável, em virtude das particularidades do perfil do corpo de voluntario tal como diversidade do público alvo.

[...] não temos “alunos e professores” nosso campo de atuação vai além do âmbito educacional, claro....realizamos palestras e encontros com a temática educação inclusiva dentro das escolas, mas vamos além disso.....Nosso público é a comunidade de maneira geral, atendemos pessoas de todas as idades de todos os sexos e de vários níveis de escolaridade, lembrando que nossos colaboradores no projeto são pessoas que se interessam pela causa e buscam ajudar a difundir as iniciativas de inclusão....temos sim um ou dois voluntários que são professores porém a maioria é composta por servidores públicos de variadas áreas e que simpatizam com nossa causa. (Coordenadora)

Desse modo, o perfil das pessoas que colaboram junto as atividades do MIM e o perfil do coletivo ao qual se destina as ações, pode ser definido como amplamente diversificado. De modo geral, o grupo tem como principal requisito para

a aceitação de voluntários o interesse por difundir a ideia da inclusão da pessoa com deficiência na sociedade brevesse e marajoara, buscando atender as demandas da PCD e auxilia o público em geral a compreender melhor a ideia da inclusão bem como os amparos legais ao qual a mesma está fundamentada.

[...] mas se você me perguntar qual o perfil das pessoas que atendemos e as pessoas que colaboram com a causa, posso dizer que nosso público vai desde as PCDs até as pessoas da comunidade em geral, trabalhos com auxílio e conscientização para a causa da inclusão na região do Marajó, e nossos colaboradores são todos aqueles que se interessem em ajudar a difundir essa ideia. (Coordenadora)

Em virtude dos atuais modelos progressistas que exprimem a existência de uma demanda crescente no que se refere a participação da sociedade na criação de oportunidades iguais para as pessoas com deficiência, o MIM atualiza seu perfil de atuação para que contemple a tarefa de ressignificar as convenções da própria sociedade e assim estabelecer igualdade de direitos, esta mesma sociedade deve se empenhar em respeitar as particularidades de todos os seus membros.

### **3.4 Metodologias adotadas pelo Movimento pela Inclusão no Marajó (M.I.M).**

É de conhecimento público que os fundamentos teórico metodológicos do movimento centralizam-se numa concepção de inclusão social e de qualidade de vida para todos os PCDs, buscando enfatizar em seus métodos e ações o respeito à diversidade. Assim, em face às demandas observadas, cada vez mais tem sido reiterada a importância de um processo preparatório para a realização de cada evento e/ou ação a ser realizada por intermédio do movimento. Voluntários e organizadores devem estar preparados para o atendimento das necessidades do público alvo, o que inclui pessoas com ou sem deficiência.

Segundo a coordenadora do MIM, a equipe que integra o movimento realiza reuniões para com a finalidade de definir estratégias, planejar eventos e discutir questões pertinentes á ações e possíveis ações que são ou serão realizadas pelo grupo. Durante a reunião, todos os participantes possuem autonomia para expressar opiniões, apresentar ideias e discutir abertamente sobre as intervenções do grupo, coordenadora relembra que “O M.I.M, é um movimento que preza pelo respeito às diferenças e luta pela inclusão dentro e fora dos bastidores”.

Após a reunião, é muito comum a realização da chamada, etapa de levantamento de dados. Esta etapa é realizada a fim de obter informações

estatísticas para melhor compreensão da real situação enfrentada pelas pessoas com deficiência em seu cotidiano, estes dados serão utilizados ainda como elemento que alicerçará pautas discutidas em seminários e encontros junto a sociedade. São comumente utilizadas na realização desta etapa, recursos como questionários previamente elaborados e entrevistas baseadas em conversação e diálogos informais.

[...] em suma, posso dizer que fazemos reuniões prévias e definimos um campo de ação, depois fazemos a etapa de levantamento de dados, tornamos a nos reunir para discutir as táticas de ação conforme a necessidade apontada por esse levantamento de dados e então trazemos á público as informações e resultados obtidos, realizamos encontros e palestras voltadas para o tema da inclusão. (Coordenadora)

Percebe-se que o grupo realiza análises quantitativas e qualitativas sobre as PCDs nos municípios em que atua. Ao adotar este modelo metodológico, o grupo prima por apresentar resultados capazes de satisfazer tanto as pessoas que integram o movimento quanto ao público alvo de suas ações.

### **3.5 Avaliação no Movimento pela Inclusão no Marajó (M.I.M).**

A avaliação, enquanto processo, tem a função de estabelecer de forma dialógica quais são os pontos positivos e/ou negativos identificados no avaliando, podendo ainda ser utilizado como recurso consultável durante uma tomada de decisões que por ventura venham a direcionar alternativas para a resolução das dificuldades identificadas. Para Chiavenato (2004), toda pessoa precisa receber retroação a respeito de seu desempenho para saber como está fazendo seu trabalho. Sem essa retroação, as pessoas caminham às cegas.

O Movimento Pela Inclusão no Marajó realiza um processo autoavaliativo, ou seja, um método conduzido e realizado pelos próprios membros do movimento, tendo como objetivo o diagnóstico do desempenho das ações realizadas pelo projeto. Para realizar o processo de avaliação, o MIM utiliza dois instrumentos: o relatório avaliativo e a ficha de avaliação.

O relatório avaliativo consiste em um documento redigido pelos membros do projeto após a realização de uma pesquisa junto à comunidade, a fim de estabelecer o nível de aceitação e positividade para com as ações do movimento. A ficha de avaliação é um instrumento utilizado para fins de diagnóstico interno sobre as

opiniões dos participantes do projeto com relação às atividades do grupo, bem como estabelecer novos pontos de pauta para a realização de encontros e ações direcionadas ao tema inclusão social. Tanto o relatório avaliativo, quanto a ficha de avaliação são previstos para ser aplicados com certa frequência, constituído assim por um importante banco de dados sobre as atividades do grupo.

A maneira como definimos os resultados de nossas ações através do movimento, é feita através de relatórios avaliativos. Fazemos uma pesquisa junto à comunidade que atendemos e também com os colaboradores do projeto através de um questionário de avaliação. Para sabermos as opiniões das pessoas sobre os avanços do MIM, bem como as opiniões positivas e negativas, sugestões para a melhora do projeto ou sugestões de possíveis pautas de atuação. (Coordenadora)

Para Brandalise (2011) avaliar é um processo necessário para compreender a dinâmica institucional. O movimento Pela Inclusão no Marajó preza por um modelo de avaliação de desempenho que não se traduza apenas na identificação de pontos fortes e fracos, mas, também, colabore na elaboração de recomendações que deverão ser consideradas na proposição de melhorias e no desenvolvimento da instituição.

#### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em busca da superação do estágio de subdesenvolvimento do país, as políticas públicas estão sendo direcionadas para a modernização de todos os setores da sociedade. É dentro dessa lógica que o ensino educacional voltado para as pessoas com deficiência chega à escola, esta já é uma realidade em muitas instituições brasileiras em especial no município de Breves através do Movimento pela Inclusão no Marajó (M.I.M). E a tendência é que a inclusão dessas Ações nas escolas dissemine-se com maior velocidade a partir dos programas nacionais e estaduais voltados as pessoas com deficiências, na Educação, já em fase de implementação, e que pretendem implantar em Breves ações sociais voltadas para esta clientela.

A pesquisa sobre o Movimento Pela Inclusão no Marajó, proporcionou uma miríade de conhecimentos sobre a realidade enfrentada cotidianamente pela pessoa com deficiência em diferentes municípios da região do Marajó. A exposição das lutas travadas pela PCD, demonstradas através de ações envolvendo mapeamento e levantamento de dados realizados por integrantes do projeto, torna de conhecimento geral as dificuldades enfrentadas por essa parcela da sociedade e abre espaço para diálogos e debates sobre a necessidade de definir estratégias para que essas pessoas possam participar como todo e qualquer cidadão no seio da sociedade.

O Movimento Pela Inclusão no Marajó atua em projetos e ações que centralizam seu foco na luta pela inclusão social, disseminando a ideia de que a pessoa com deficiência necessita de maior visibilidade, para que assim possa ter seus direitos respeitados e conquistar melhores condições de vida em meio aos mais diversos campos sociais. Utilizando-se de uma metodologia que se baseia na educação ou reeducação do público ouvinte.

Os integrantes do movimento buscam fazer com que a sociedade compreenda melhor a pessoa com deficiência, para que assim possa atuar em conjunto em estratégias em prol da inclusão. Além disso, através de suas iniciativas em benefício e contribuição destinadas à pessoa com deficiência e sua família, o grupo representa um instrumento assistencial em meio à comunidade, fato que auxilia na disseminação de um propósito social baseado em compreensão, apoio e solidariedade.

Em suma, O movimento pela Inclusão no Marajó (M.I.M) baseia suas atividades em uma concepção de cunho inclusivo alicerçado em um conceito que prima por uma educação por todos e para todos. São evidentes os frutos conquistados através dos esforços do grupo em apresentar novas práticas inclusivas para as pessoas com deficiência, propondo formas de explorar suas potencialidades, bem como novas práticas que promovem o auxílio necessário para a melhora na qualidade de vida da PCD, que se fundamentam na conscientização e participação da sociedade como instrumento de transformação de ação e fortalecimento da inclusão na região do Marajó.

# ANEXOS

## ANEXO A- Fotos referentes a ações realizadas pelo Movimento Pela Inclusão o Marajó

### Visitas Domiciliares



### Ações em Datas Alusivas



## I Seminário: Inclusão da Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento do Marajó.



## II Seminário: Inclusão de Pessoas com Deficiência no Marajó



## Entrega de cadeiras de roda em municípios do Marajó

### BREVES



## MELGAÇO



## CURRALINHO



### GURUPÁ



### PORTEL



### Orientação e Formação nos municípios



### Encontros e Reuniões



**Parcerias: UFPA e IFPA**



**Defensoria Pública**



## REFERÊNCIAS

ARANHA, M. S. F. **A inclusão social do deficiente**: análise conceitual e metodológica. *Temas em Psicologia*, n.º 2, p. 63-70, 1994.

ARANHA, M. S. F. Inclusão Social. In: E. J. Manzini (Org.) **Educação Especial: Temas Atuais**. Unesp. Marília-Publicações, 2000.

BRANDALISE, Mary Ângela Teixeira **Avaliação institucional da escola**: conceitos, contextos e práticas. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/viewFile/3220/2360>. Acessado em: 01 de junho 2019.

BRASIL, 2015, Lei n. 13.146, de 6 de jul. de 2015. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm)> Acesso em: 20 de maio de 2019.

BRASIL. Constituição 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linhas de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Ministério da Justiça/Secretaria Nacional dos Direitos Humanos, 2ª edição, 1997.

BRASIL. **Lei nº 2.388, de 24 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação- PME e dá outras providências. Prefeitura Municipal de Breves. Câmara Municipal de Breves. 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96**. São Paulo: Saraiva, 1996.

BUENO, J. G. S. **Educação especial brasileira: integração/segregação do aluno diferente**. São Paulo: EDUC, 1993.

CANZIANI, M. L. **Crianças Deficientes, Psicodiagnóstico**. Educação. Porto Alegre -RS - 1995.

CAPELLINI, Vera Lúcia Messias Fialho; MENDES, Enicéia Gonçalves. **História da Educação Especial**: em busca de um Espaço na história da educação brasileira.

CHIAVENATO, I. **Gestão de Pessoas: e o novo papel dos recursos humanos nas organizações**. 2 ed. – Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **Educação especial v.1**. – 5.a reimp. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

JANNUZZI, G. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil**. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 1992.

LOBATO, Huber Kline Guedes. **A História da Educação Especial na Cidade de Breves: resgate de memórias.** 2010. 44 f. Monografia (Especialização em Educação Especial), Faculdade de Educação Montenegro, Breves, 2010.

LOBATO, Huber Kline Guedes. **A Educação Especial em Breves – Pará: de 1985 a 2018** São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. 81p.

MAZZOTTA, Marcos J.S. Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas. 5ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

MENDES, E. G. **Deficiência Mental:** A construção científica de um conceito e a realidade. Tese de Doutorado - USP: São Paulo, 1995.

MENDES, E. G. **Raízes Históricas da Educação Inclusiva.** (Texto produzido para o seminário avançado sobre educação inclusiva. UNESP - Marília/SP. Mimeo, 2001.

NAÇÕES UNIDAS, Resolução n.º 37/52. **Programa de Ação das Nações Unidas.** Assembleia Geral das Nações Unidas, 1982.

RIO DE JANEIRO. Declaração dos Direitos do Deficiente. Resolução n.º 3447, de 9/12/1975, In: **O correio**, ano 9, n.º 3, março, p. 134, 1981.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Construindo uma sociedade para todos.** Rio de Janeiro: WVA, 1997.